

Olhar o Passado para Pensar o Presente: o Realismo Clássico e os Estudos Críticos de Segurança

André Barrinha

*Investigador do Centro de Estudos Sociais e Professor Auxiliar Convocado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Kent.*

Resumo

A partir do trabalho de autores como Michael C. Williams ou William Scheuerman, o chamado Realismo clássico de Hans Morgenthau, E. H. Carr ou Reinhold Niebuhr tem vindo a ser redescoberto segundo uma perspetiva crítica e normativa, colocando o enfoque nos limites da usual narrativa histórica do realismo e mostrando as potencialidades contemporâneas de tal resgate teórico. Este artigo tem por objetivo fundamental mostrar como o realismo clássico dito progressista pode dar um importante contributo aos Estudos Críticos de Segurança, que têm vindo a ser desenvolvidos, particularmente na Europa, desde o final da Guerra Fria. Tal como será aqui argumentado, conceitos como o interesse nacional ou o equilíbrio de poderes podem ser utilizados como instrumentos possibilitadores de projetos políticos alternativos, focados na emancipação do indivíduo sem, contudo, deixarem de estar alicerçados nos dilemas concretos da política e do poder.

Abstract

Looking at the Past to Think about the Present: Classic Realism and Critical Security Studies

Following authors such as Michael C. Williams or William Scheuerman, the so-called classical Realism of Hans Morgenthau, E. H. Carr or Reinhold Niebuhr has been rediscovered according to a critical and normative perspective that emphasizes the limits of the usual historical narrative of realism and shows the contemporary potentialities of this theoretical revival. The main goal of this article is to highlight how classical realism, in its progressive form, can give an important contribution to Critical Security Studies, as developed particularly in Europe after the end of the Cold War. As it will be argued, concepts such as national interest or balance of power can be use as enabling tools of alternative political projects focused on the emancipation of the individual, whilst still attached to the concrete dilemmas of politics and power.

Este artigo tem por objetivo mostrar como o Realismo influenciou a evolução dos Estudos de Segurança no pós-Guerra Fria¹ e como poderá vir a influenciar no futuro, tendo por base um atento olhar sobre o passado da tradição realista, um passado substancialmente mais plural e sofisticado que aquilo que os manuais de teorias das Relações Internacionais (RI) normalmente deixam transparecer. Argumentamos neste artigo que, no quadro dos Estudos Críticos de Segurança, o Realismo clássico na sua versão progressista (Scheuerman, 2010; 2011) poderá contribuir para a definição de uma agenda de pesquisa simultaneamente emancipatória e ciente das dinâmicas de poder presentes na realidade internacional.

Assim sendo, começaremos por caracterizar os principais elementos da escola de pensamento realista, salientando os pontos comuns e divergentes entre os seus principais autores, assim como as mais-valias de um olhar particular para os contributos normativos desta abordagem. Veremos em seguida a forma como os Estudos de Segurança se relacionam com o Realismo e como são, até certo ponto, um produto deste (Kolodziej, 2005). Por fim, procuraremos articular uma proposta de redescoberta do Realismo como promotor de uma agenda progressista no campo dos Estudos de Segurança.

O Realismo entre a Teoria e a Redescoberta do Pensamento Político

Quer seja entendido como um “discurso de desilusão, motivado pela tentativa de compreensão dos horrores do século XX”² (Bell, 2008: 7) ou como “a tentativa repetida e repetidamente falhada de traduzir as máximas da prática diplomática do século XIX em leis gerais de uma ciência social norte-americana” (Guzzini, 1998: 1), o Realismo é considerado o paradigma dominante das Relações Internacionais; o ponto de referência para todas as propostas alternativas, quer estejamos a falar do Liberalismo, do Marxismo, do Feminismo, do Construtivismo, do Pós-colonialismo ou do Pós-estruturalismo. Segundo Jack Donnelly, o realismo “ênfatisa os constrangimentos impostos pela natureza humana e pela ausência de um governo internacional sobre a política. Em conjunto, estes dois elementos fazem com que as relações internacionais sejam, em larga medida, o campo do poder e do interesse” (2000: 9).

1 Para uma visão mais *mainstream* ver Wohlforth (2010).

2 Todas as citações foram traduzidas pelo autor.

Se é verdade que a centralidade do Realismo no quadro das RI permitiu o controlo da agenda de investigação da disciplina durante largas décadas, esta foi contudo uma centralidade que levou igualmente à construção de tipos-ideais que, fundindo diferentes contributos teóricos numa só teoria, conduziu à ocultação de importantes divisões existentes entre vários autores (Kolodziej, 2005: 127) e à simplificação de uma complexa história intelectual dentro da própria corrente (Scheuerman, 2010).

Em boa verdade, o Realismo foi tanto beneficiário como vítima do chamado segundo debate das RI, em que uma visão behaviorista, na senda de uma tendência geral de estruturação das ciências sociais norte-americanas em torno da obtenção de resultados exatos à medida das ciências naturais, acabou por vingar em detrimento de abordagens empiricamente “menos sofisticadas”, mais viradas para a análise qualitativa da história e para a história das ideias (Schmidt, 2007). Com o Neorrealismo de Kenneth Waltz, esse corte viria a ser oficializado, passando os autores do Realismo – o a partir de então “Realismo clássico” – como Hans Morgenthau, Reinhold Niebuhr ou John Herz, a fazer parte de uma narrativa que fazia recuar o pensamento realista a Tucídides, passando por Thomas Hobbes e Maquiavel e terminando em Waltz (1979) ou, mais recentemente, em John Mearsheimer (2001). Num guião construído para dar o papel principal ao Neorrealismo (ou a abordagens críticas deste, dependendo de quem conta a história), era atribuído ao realismo político de meados do século XX o mero papel de ator secundário. No fundo, o Realismo clássico passava a ser o latim das Relações Internacionais, importante para perceber de onde derivam as línguas latinas, símbolo de uma certa elegância intelectual, mas pouco útil como ferramenta de comunicação no mundo contemporâneo.

Ao distinguir um pensamento realista (clássico) da teoria realista (a sua), Kenneth Waltz (1979) materializou esta divisão no contexto das teorias das RI. Para além da falta de rigor das abordagens clássicas, estas eram, na visão neorrealista, teorias viciadas por preocupações normativas e consequentemente incapazes de uma análise rigorosa das dinâmicas subjacentes à realidade. Nas palavras de Karin Fierke, “na procura pela elegância e pela simplicidade [teórica], o neorrealismo removeu todos os traços do humano, do político e do cultural das relações internacionais” (2007: 25). Esta rejeição do normativo seria tão ou mais importante que a rejeição de metodologias que não obedecessem a supostos métodos científicos, pois acabava por remover toda e qualquer abordagem com vista à promoção de uma agenda progressista, atirando-a para a periferia do mundo académico das Relações Internacionais. O primeiro golpe não foi, contudo, dado por Kenneth Waltz, mas sim por Henry Kissinger, que atuando “dentro” do próprio realismo clássico, veio a desprovê-lo de uma determinada agenda progressista (Scheuerman, 2010). Com a ascensão pública de Kissinger, próximo do partido republicano, do realismo clássico ficava apenas a *realpolitik* e o *status quo*.

As RI passavam assim a ser a disciplina do estudo do mundo real, sendo que, através dos resultados desta investigação e da transferência do conhecimento do mundo científico para o público em geral, poder-se-ia eventualmente atenuar as consequências negativas de um sistema internacional marcado pelos constrangimentos da estrutura anárquica (Waltz, 1979). Do “falar a verdade” ao “poder” de Morgenthau, o neorrealismo pretendia agora passar a “provar a verdade ao poder”, através da pretensa cientificidade da sua análise.

O Resgate do Pensamento Político da Abordagem Realista

A dificuldade em replicar nas ciências sociais as práticas das ciências exatas, o fracasso do neorrealismo em prever acontecimentos tão relevantes como o fim da Guerra Fria, assim como a necessidade de encontrar respostas para desafios concretos no campo da ética e da política levantados, por exemplo, pelo 11 de Setembro, levaram vários autores a olhar para as origens do realismo. Assim, subjacente à redescoberta de autores realistas como Morgenthau ou E. H. Carr, anteriormente tidos como ultrapassados e sem contributos significativos a dar à realidade internacional contemporânea (Kolodziej, 2005), estava a vontade de encontrar respostas a problemas políticos concretos da nossa contemporaneidade: os excessos da guerra global contra o terrorismo (Schmidt e Williams, 2007), a ausência de alternativas ao estatocentrismo das relações internacionais (Scheuerman, 2011) ou ainda o domínio de dinâmicas privatizadoras da vida internacional em múltiplos setores, incluindo a própria segurança (Abrahamsen e Williams, 2011). Como defende Michael C. Williams, “a interpretação e utilização de pensadores ‘clássicos’ no debate político e intelectual nunca é um processo completamente inocente. Reflete sempre a génese histórica e o contexto das preocupações atuais” (2007: 5). Ao reinterpretar estes textos é possível desvendar “novas verdades que possivelmente abrem a possibilidade de novas práticas políticas” (Pram Gad e Lund Petersen, 2011: 321). De entre um vasto número de pensadores que se podiam catalogar como realistas clássicos – de Max Weber a Henry Kissinger –, o trabalho de autores contemporâneos como William Scheuerman, Michael C. Williams ou Vibeke Tjalve tem-se centrado particularmente nas ideias progressistas de Morgenthau, Niehbur, Herz e Carr, autores que, apesar de baseados em conceitos potencialmente conservadores – como o interesse nacional, ou o dilema de segurança – não deixavam de constatar e desejar a possibilidade de mudança a nível internacional (Scheuerman, 2011: 15). Como nos dá conta William Scheuerman, muitos destes autores realistas estiveram ligados a movimentos políticos de esquerda, incluindo o próprio Morgenthau que, apesar de “nunca ter partilhado o entusiasmo dos seus colegas da Escola de Frankfurt por Marx”, simpatizava com “o desejo destes em promover reformas económicas e sociais profundas” (2009: 24). Estes eram autores céticos relativamente ao “racionalismo e empirismo” que começava a dominar as universidades norte-americanas após

a Segunda Guerra Mundial. Apesar das suas críticas nem sempre serem inequívocas (Wæver, 2011), estas materializavam-se na oposição à ideia que a atividade política pudesse ser compreendida através de entendimentos puramente racionalistas ou baseados no empirismo da análise de factos (Williams, 2005: 5). Para além do mais, estes autores defendiam o estabelecimento de processos relacionais (Williams, 2005: 6) entre diferentes unidades políticas no sistema internacional como forma de promover um comportamento prudente, evitando assim o “espírito de cruzada” baseado num suposto entendimento universalista do mundo. Defendiam “um *modus vivendi* e envolvimento entre diferentes e contrastantes formas de vida” (Williams, 2005: 208). Era assim necessário, por um lado, compreender o “outro”, de forma a evitar alicerçar a política externa em fundamentos míticos sem qualquer ligação “à realidade” e, por outro, fazê-lo sem menosprezar a centralidade dos dilemas do poder e da política. A tensão entre poder e moralidade era, neste sentido, entendida como algo constante e inevitável em política. Contudo, em detrimento da promoção de uma política de medo derivada dessa constante tensão, comum no período da Guerra Fria, estes autores procuravam exatadamente contrariar os ímpetus militaristas e securitários da altura através da promoção da pluralidade política e do julgamento crítico (Williams, 2010: 657). Apesar de aceitarem a centralidade das questões relativas à segurança nacional e internacional, recebiam o que em seu nome pudesse ser feito. Como defendemos neste artigo, este é, no fundo, o legado realista que hoje pode dialogar (Booth em Brincat *et al.*, 2010) com os Estudos Críticos de Segurança, nas suas várias formas, como poderemos constatar após uma breve imersão na evolução histórica dos Estudos de Segurança.

Realismo, Segurança e Estudos Estratégicos

O estudo das questões de segurança como subdisciplina das RI surgiu após a II Guerra Mundial (Wæver, 2004: 2), conhecido como Estudos Estratégicos na Europa, e Estudos de Segurança Nacional nos EUA (Wyn Jones, 1999). Tinha por objetivo inicial analisar a forma como os Estados eram ameaçados por outros Estados, numa altura em que os EUA reformavam a sua estrutura de segurança nacional e em que a questão nuclear assumia um lugar central nas prioridades estratégicas das principais potências do sistema internacional. Em boa verdade, a própria expressão “segurança nacional” deriva deste período, com a aprovação do *National Security Act* em 1947. A segurança era vista como um assunto do foro militar, uma questão estratégica, esvaziada de qualquer conteúdo político (Buzan, 1991: 345), baseada em pressupostos realistas básicos como a centralidade do Estado, a presença constante de dilemas de segurança e a contingência de alianças militares (Fierke, 2007: 70). Neste contexto, “‘segurança’ correspondia à capacidade do Estado em proteger as suas fronteiras e a sua competência soberana de agir de acordo com a sua vontade” (Terriff *et al.*, 1999: 62).

O alargamento das questões de segurança nos anos oitenta, no qual Barry Buzan tem um contributo central com a sua obra *People, States and Fear* (1983), levou à criação dos Estudos de Segurança enquanto tal. Isso contribuiu, particularmente na Europa, para o progressivo afastamento do Realismo do estudo das questões de segurança. Ao alargar as potenciais áreas de aplicação do conceito a setores como a economia e o ambiente, Buzan rompeu com a lógica realista de redução da segurança às questões militares. Com o desenvolvimento dos Estudos Críticos de Segurança na década de noventa, autores feministas (Tickner, 1992), da Teoria Crítica (Wyn Jones, 1999), pós-estruturalistas (Dillon, 1996) e pós-colonialistas (Barkawi, 2005) assumiram um papel relevante na orientação teórica da investigação neste campo. Em comum, tinham o “reconhecimento de que a ideia de segurança é na sua essência um conceito derivativo; que diferentes teorias sobre a política mundial produzem diferentes conceptualizações sobre o que é segurança na política mundial” (Booth, 2005: 13).

Nesta viragem dos Estudos de Segurança, o Realismo vai, em nosso entender, desempenhar dois papéis distintos. Desempenha, em primeiro lugar, o papel de marco divisor entre os Estudos de Segurança “ortodoxos” e os Estudos de Segurança “críticos”, o que de certa forma corresponde igualmente a diferentes formas de entender o estudo da segurança nos EUA e na Europa (Wæver, 2004). Vários autores no campo realista, particularmente do lado de lá do Atlântico (Walt, 1991), defendiam que a expansão dos Estudos de Segurança para áreas que não a militar levariam à dispersão da disciplina, tornando-a vazia de objeto de estudo, visto que tudo podia ser segurança. A esta visão, que defende o permanente enfoque dos Estudos de Segurança nas questões militares, opôs-se a visão de que a segurança é substancialmente mais complexa e abrangente que aquela que se resume a um entendimento militar da mesma. Ideias inicialmente exploradas por autores como Buzan (1983) e Ulman (1983), e que vêm a estar na base de todo o desenvolvimento das abordagens “críticas”, conheceram um significativo desenvolvimento sobretudo a partir dos anos noventa.

Nesse sentido, no que pode ser entendido como um segundo papel, o Realismo serve de tipo ideal a partir do qual se constroem as visões alternativas do estudo da segurança, em particular a visão da Escola de Aberystwyth, para quem a segurança é a segurança do indivíduo e para quem as relações internacionais não têm necessariamente de ser marcadas por relações de conflitualidade (mais sobre este tema na próxima secção).

Tendo em conta estes dois aspetos, percebemos como o Realismo vem a assumir uma posição central da definição de uma agenda crítica nos Estudos de Segurança, principalmente como exemplo daquilo que os Estudos Críticos de Segurança não devem ser ou seguir.

Repensar o Realismo no Contexto dos Estudos Críticos de Segurança

Repensar o lugar do Realismo nos Estudos de Segurança exige, desde logo, repensar a forma como esta escola de pensamento pode contribuir para a ética política (aqui entendida como um conjunto de valores e princípios morais de intervenção política) dos Estudos de Segurança, em particular dos Estudos Críticos de Segurança.

Trata-se de um exercício teórico de particular ironia, uma vez que a base ética dos Estudos Críticos de Segurança alicerçou-se na rejeição de três pressupostos realistas. Em primeiro, a rejeição de que o Estado devia ser entendido como o ator central na segurança internacional e que, como consequência, a segurança internacional correspondia à segurança do Estado e não do indivíduo. A isto, autores como Ken Booth (2005) respondem com a crítica de que a investigação no campo da segurança deve ambicionar contribuir para a emancipação deste último e não para a sobrevivência do Estado, cuja segurança só é útil enquanto garante da segurança do indivíduo agora assumido como o objeto de referência da segurança. Embora esta não seja uma posição minimamente consensual nos Estudos Críticos de Segurança, estes parecem no entanto concordar na noção de que a segurança nunca pode ser definida unicamente em termos estatais.

Em segundo, a rejeição de que a segurança é uma questão objetiva, associada à definição de ameaças e riscos também eles objetivos, que está por isso fora do alcance do debate político, movimentando-se entre um circuito de peritos (Escola de Paris) e a excecionalidade democrática da aplicação de políticas com o objetivo de fazer face às ameaças objetivamente identificadas. A teoria da securitização, criada pela Escola de Copenhaga (Buzan *et al.*, 1998) e entretanto alargada a outras “Escolas” (Huysmans, 2006; Balzacq, 2005, 2011) salienta exatamente essa questão ao mostrar que a segurança é uma etiqueta associada a um discurso construído relativamente a um determinado grupo ou Estado e que transforma esse mesmo grupo ou Estado numa ameaça à segurança, devendo, como tal, ser combatido fora do quadro normal da política, num espaço de decisão limitado ao qual só alguns podem ter acesso em nome da eficácia das políticas de combate a essas mesmas ameaças. No fundo, a Escola de Copenhaga, juntamente com outras abordagens críticas (Bigo, 2000), defende que a definição de uma questão de segurança resulta sempre de uma decisão política.

Por fim, a rejeição de que a segurança interna e a segurança externa se constituem como campos distintos de estudos e ação no campo da segurança. Trabalho feito tanto no campo da Escola de Paris (Bigo, 2000), como por autores pós-estruturalistas (Campbell, 1998) salienta o caráter construído e até artificial desta divisão entre o interno e o externo, desafiando de forma clara a lógica realista de salientar a ausência do Leviatã ou a diferenciada constituição das unidades, neste caso os Estados, como justificação para o estabelecimento de um entendimento político

diferenciado entre aquilo que é interno (ordeiro e hierarquizado) e aquilo que é externo (anárquico e perigoso). A primeira, regida por regras claras e princípios morais e a segunda baseada num entendimento amoral definido pelo comportamento dos principais polos de poder do sistema internacional.

Com a rejeição destes três pressupostos realistas, os Estudos Críticos de Segurança vêm salientar a importância da articulação entre segurança e política, dois conceitos abertos a diferentes interpretações, mas que têm nessa rejeição de uma definição unívoca, a exploração simultânea de oportunidades de repressão e criação, de derrube de direitos e de construção de novos espaços de diálogo.

Como pode o Realismo contribuir para este debate, depois de esvaziado da sua roupagem neorrealista e das suas dimensões mais “fortes” (*strong*) como define Jeff McMahon (1996)? Argumentaríamos que tal pode ser feito através da reinterpretação de dois conceitos centrais ao léxico realista, que nem sempre são utilizados na sua totalidade. Referimo-nos aos conceitos de “interesse nacional” e de “equilíbrio de poderes”.

Contrariamente à visão determinista de interesse nacional que passou a ser veiculada como inerente ao Realismo (Lacy, 2008: 117), o conceito de interesse nacional de autores como Morgenthau (1970) é – sobretudo a partir de final dos anos sessenta (Scheuerman, 2009) – bem mais que uma simples constatação de um processo decisório que tem por base uma visão crua do mundo, no qual é necessário sobreviver enquanto nação (outro conceito normalmente reificado). Pelo contrário, trata-se, nas palavras de Michael C. Williams “de um dispositivo retórico que procura usar o poder político deste conceito para encorajar a reflexão crítica e o diálogo sobre interesses e sobre a sua relação com a identidade” (2005: 169). É neste espaço que o poder e a abertura política se encontram (Williams, 2005: 9) na medida em que há uma dimensão transcendente nesta definição de interesse nacional: “perguntar quais são os interesses da nação significa perguntar o que esta representa” (Williams, 2005: 187). Assim definido, este conceito procura perceber “como é que uma sociedade se vê a si mesma e como é que deseja ser vista pelos outros”³ (*idem*). Para o fazer, deve contudo perceber esses mesmos “outros”, em detrimento de lhes pretender aplicar os seus próprios princípios e pontos de vista. O cumprimento efetivo desse interesse nacional está, por sua vez, dependente de condições sociais e políticas que assentem numa cultura democrática sólida (Scheuerman, 2009: 9). Tendo em consideração que é através da conjugação dos diferentes interesses nacionais que se geram os equilíbrios de poder no sistema internacional, há uma articulação direta entre a política interna como exercício ao mesmo tempo trágico e libertador e a política internacional

3 “To how a society sees itself and wishes to be seen by others”.

como resultado da primeira. Deste modo, os equilíbrios de poder não derivam necessariamente de condicionantes externas, mas sim da possibilidade de articulação de vontades de várias sociedades.

Nesse sentido, o conceito de interesse nacional é uma ferramenta conceptual importante para compreender como o mundo é politicamente construído. É, contudo, também um conceito normativo, uma vez que especifica a necessidade de uma maior pluralidade, tanto internacional (uma vez que reconhece a diversidade de interesses nacionais), como interna: sem a existência dessa pluralidade, o interesse nacional seria exclusivamente representativo de uma minoria e não poderia funcionar enquanto conceito normativo com fins emancipatórios. Cria-se assim uma janela de oportunidade para explorar o poder emancipatório do interesse nacional, para tentar debater e articular políticas que sejam o resultado de uma reflexão pública ampla e não somente de grupos de trabalho ou de conselhos de ministros. No fundo, Morgenthau, tal como Hannah Arendt, realista de acordo com alguns autores (Owens, 2008) mostra-nos a possibilidade de centrar o debate sobre segurança na esfera pública, de eliminar a sua excecionalidade.

A esta possibilidade junta-se, contudo, a constatação de que uma agenda emancipatória será contrariada por vontades contraditórias, por ambições alternativas de poder, que terão necessariamente de ser consideradas e, eventualmente, respeitadas. Se o ponto de partida para essa agenda emancipatória e para esse debate sobre segurança for um ponto de partida prudente (Morgenthau, 1960) e aberto, a possibilidade de confrontação de vontades e de poder, a nível internacional, será eventualmente menor, mas estará sempre presente.

Finalmente, o realismo clássico permite igualmente uma reinterpretação do objetivo do projeto emancipatório em termos de escala. Como nos indica William Scheurman (2010, 2011), autores como Morgenthau, Niebuhr, Herz ou E. H. Carr tinham um entendimento da centralidade do Estado como algo de obsoleto, considerando a necessidade de novas formas de organização política que tivessem em conta a transnacionalidade dos problemas (nomeadamente a questão nuclear) da política mundial. É o próprio Ken Booth, pai da Escola Galesa de Estudos Críticos, que reconhece a importância do pensamento destes autores quando afirma que “alguns dos grandes pensadores do realismo – perante as ameaças históricas de meados do século XX – procuraram desenvolver estratégias que eram contrárias à ‘caixa de ferramentas’ estatocêntrica e militarizada da ortodoxia realista”⁴ (Booth em Brincat *et al.*, 2012: 75). Divergindo na concretização e grau de especificidade de um projeto político alternativo, estes autores reconheciam a necessidade de um

4 “... some of the great thinkers of realism – in the face of the historic threats of mid-twentieth century – sought to develop strategies that were quite contrary to the statist and militarized tool-box of mainstream realism”.

projeto que fosse de facto político e apoiado numa comunidade mundial assente na pluralidade dos seus membros.

É dupla a lição que daqui se pode aprender. Por um lado, fica clara a necessidade de tornar as teorias dos Estudos de Segurança teorias de ação, explicitamente normativas, interventivas no debate público sobre segurança. A esse respeito, já Hans Morgenthau (1964: 257) afirmava que “toda a teoria política relevante tem sido uma teoria política prática, uma teoria política que intervém ativamente numa situação política concreta com o objetivo de a mudar através da ação”. Por outro, que é fundamental promover, nos Estudos Críticos de Segurança, uma simultânea agenda de possibilidades e de limites, sendo que uma e outra devem estar em constante articulação. O Realismo poderá em muito elucidar sobre os limites, mas também terá algo a dizer sobre as possibilidades.

Conclusão

Tanto o ressurgimento do Realismo clássico como o crescimento dos Estudos Críticos de Segurança estão ligados ao contexto internacional do início do século XXI. A chegada ao poder da Administração Bush, o 11 de Setembro e a consequente guerra global contra o terrorismo deram um impulso significativo, não só ao desenvolvimento de abordagens críticas à forma de entender e praticar segurança, como à procura, no quadro das teorias das Relações Internacionais, de respostas aos ímpetus intervencionistas dos EUA e às consequências negativas em matéria de liberdades e justiça que estas respostas geraram a nível internacional desde 2002. Ambos os esforços teóricos partiram de uma rejeição do *status quo* alicerçada na importância da pluralidade política e na possibilidade de definição de caminhos alternativos na esfera internacional, que não passassem nem pela militarização das sociedades ocidentais (a começar pelos EUA), nem pela obrigatoriedade da escolha entre segurança e liberdade.

Como tivemos oportunidade de ver ao longo deste artigo, o potencial cruzamento entre estes dois abrangentes caminhos intelectuais, como já tem vindo a ser feito por autores como Ken Booth (2005, 2008), Michael C. Williams (2011) ou Vibeke Tjalve (2011), é fundamental para a obtenção de respostas a questões de natureza política, ética e social sobre o lugar dos (utilizando uma linguagem Bourdieusiana) múltiplos campos da segurança nas relações entre o indivíduo, o Estado e o internacional. Do mesmo modo, a conjugação entre um Realismo de natureza progressista e abordagens críticas no campo dos Estudos de Segurança permite a apresentação de alternativas conceptuais e práticas assentes na exigência da pluralidade política e na desmistificação da obrigatoriedade dos problemas objetivos para os quais as soluções são inevitáveis. Permite, enfim, a criação de uma teoria de ação, com implicações concretas na vida das pessoas, sociedades e Estados.

Referências

- Abrahamsen, Rita e Michael C. Williams (2011). *Security Beyond the State: Private Security in International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Balzacq, Thierry (2005). "The Three Faces of Securitization: Political, Agency, Audience and Context". *European Journal of International Relations* n.º 2, pp. 171-201.
- Balzacq, Thierry (2011). "A Theory of Securitization: Origins, Core Assumptions, and Variants" em Thierry Balzacq (ed), *Securitization Theory: How Security Problems Emerge and Dissolve*. New York: Routledge, pp. 1-30.
- Barkawi, Tarak (2005). *Globalization and War*. New York: Rowman & Littlefield.
- Bell, Duncan (2008). "Introduction: Under an Empty Sky – Realism and Political Theory" em Duncan Bell (ed), *Political Thought and International Relations: Variations on a Realist Theme*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-25.
- Bigo, Didier (2000). "When Two become One: Internal and External Securitisations in Europe" em Morten Kelstrup e Michael C. Williams (eds), *International Relations Theory and the Politics of European Integration: Power, Security and Community*, London: Routledge, pp. 171-204.
- Booth, Ken (2005). "Critical Explorations" em Ken Booth (ed), *Critical Security Studies and World Politics*, London: Lynne Rienner, pp. 1-18.
- Booth, Ken (2008). "Navigating the 'Absolute Novum': John Herz's Political Realism and Political Idealism". *International Relations* 22 (4), pp. 510-526.
- Brincat, Shannon, Laura Lima e João Nunes (2012). "Challenging the Ideas that Made Us: An Interview with Ken Booth" em Shannon Brincat et al. (eds), *Critical Theory in International Relations and Security Studies: Interviews and Reflections*. London: Routledge, pp. 59-81.
- Buzan, Barry (1983). *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Brighton: Wheatsheaf Books.
- Buzan, Barry (1991). "Is International Security Possible?" em Ken Booth (ed), *New Thinking about Strategy and International Relations*. London: Harper Collins.
- Buzan, Barry e Ole Wæver (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Campbell, David (1998). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Manchester: Manchester University Press.
- Dillon, Michael (1996). *Politics of Security: Towards a Political Philosophy of Continental Thought*. London: Routledge.
- Donnelly, Jack (2000). *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fierke, Karin (2007). *Critical Approaches to International Security*. Cambridge: Polity Press.

- Guzzini, Stefano (1998). *Realism in International Relations and in International Political Economy: The Continuing Story of a Death Foretold*. London: Routledge.
- Huysmans, Jef (2006). *The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the EU*. London: Routledge.
- Huysmans, Jef (2008). "The Jargon of Exception – On Schmitt, Agamben and the Absence of Political Society". *International Political Sociology* n.º 2, pp. 165-183.
- Kolodziej, Edward A. (2005). *Security and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Krause, Keith e Michael C. Williams (eds) (1997). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: UCL.
- Lacy, Mark (2008). "A History of Violence: Mearsheimer and Walt's Writings from 'An Unnecessary War' to the 'Israeli Lobby' Controversy". *Geopolitics* 13 (1), pp. 100-119.
- McMahan, Jeff (1996). "Realism, Morality, and War" em Terry Nardin (ed), *The Ethics of War and Peace: Religious and Secular Perspectives*. Princeton: Princeton University Press, pp. 78-92.
- Mearsheimer, John J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton.
- Morgenthau, Hans (1960). "The Demands of Prudence". *Worldview Magazine* 3 (9), pp. 6-7.
- Morgenthau, Hans (1964). "The Intellectual and Political Functions of Theory" em Hans Morgenthau (ed) (1970), *Truth and Power. Essays of a Decade, 1960-1970*. New York: Praeger Publishers, pp. 248-261.
- Morgenthau, Hans (1970). *Truth and Power: Essays of a Decade, 1960-1970*. New York: Praeger Publishers.
- Neal, Andrew (2010). *Exceptionalism and the Politics of Counter-terrorism: Liberty, Security and the Politics*. London: Routledge.
- Owens, Patricia (2008). "The Ethic of Reality in Hannah Arendt" em Duncan Bell (ed), *Political Thought and International Relations: Variations on a Realist Theme*. Oxford: Oxford University Press, pp. 105-121.
- Scheuerman, William E. (2009). *Morgenthau*. Cambridge: Polity Press.
- Scheuerman, William E. (2010). "The (classical) Realist Vision of Global Reform", *International Theory* 2 (2), pp. 246-282.
- Scheuerman, William E. (2011). *The Realist Case for Global Reform*. Cambridge: Polity.
- Schmidt, Brian (2007). "On the History and Historiography of International Relations" em Walter Carlsnaes, Thomas Risse e Beth A. Simmons (eds), *Handbook of International Relations*. London: Sage Publications, pp. 3-22.
- Schmidt, Brian e Michael C. Williams (2008). "The Bush Doctrine and the Iraq War: Neoconservatives vs. Realists". *Security Studies* 17, pp. 1-30.

- Terriff, Terry; Stuart Croft, Lucy James e Patrick Morgan (1999). *Security Studies Today*. Cambridge: Polity Press, pp. 65-81.
- Tickner, Ann (1992). *Gender in International Relations*. New York: Columbia University Press.
- Tjalve, Vibeke Schou (2011). "Designing (de)Security: European Exceptionalism, Atlantic Republicanism and the 'Public' Sphere". *Security Dialogue* 42 (4-5), 441-452.
- Ullman, Richard (1983). "Redefining Security". *International Security* 8 (1), pp. 129-153.
- Wæver, Ole (2004). "Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New 'Schools' in Security Theory and their Origin between Core and Periphery". Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, Montreal, March 17-20, 2004.
- Wæver, Ole (2009). "Waltz's Theory of Theory". *International Relations*, 23 (2), pp. 201-222.
- Walt, Stephen (1991). "The Renaissance of Security Studies". *International Studies Quarterly*, 35 (2), pp. 211-239.
- Waltz, Kenneth N. (1979). *Theory of International Politics*. New York: Random House.
- Wendt, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Williams, Michael (2003). "Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics". *International Studies Quarterly* n.º 47, pp. 511-31.
- Williams, Michael C. (2005). *The Realist Tradition and the Limits of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Williams, Michael C. (2011). "Securitization and the Liberalism of Fear". *Security Dialogue* 42(4-5), pp. 453-463.
- Wohlforth, William C. (2010). "Realism and Security Studies" em Myriam Dunn Cavelty e Victor Mauer (eds), *The Routledge Handbook of Security Studies*. London: Routledge, pp. 9-20.
- Wyn Jones, Richard (1999). *Security, Strategy, and Critical Theory*. London: Lynne Rienner.